

PAULA PORTELA PEIXOTO UNIPessoal, LDA

Exmo. Sr.

Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento

1249-068 Lisboa

Assunto: envio de petição pública - PAULA PORTELA PEIXOTO, UNIPessoal, LDA., NIPC 514 396 393
Pela prorrogação do prazo para execução de obras referenciadas no relatório do ISS, I.P. nas instalações sitas na Rua da Vila, s/n, Penamajor, 4595-300 Paços de Ferreira

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Os meus melhores cumprimentos.

Serve a presente para remeter em anexo a petição pública, assinada por mais de 300 pessoas.

Esta sociedade foi constituída a 21.04.2017, com o objeto social de apoio social para Idosos com Alojamento e fornecimento de refeições; apoio domiciliário, animação sócio-cultural, transporte de pessoas em veículos até 9 lugares; confeção de refeições para entrega no domicílio e serviços de catering; centro de dia, arrendou o imóvel sito na Rua da Vila, s/n, Penamajor, 4595-300 Paços de Ferreira, para o exercício da sua atividade. Tem, ao longo dos anos, prestado os seus serviços com os mais altos padrões de qualidade, cumprindo todas as regras de saúde, segurança e higiene, num ambiente familiar e salutar.

A qualidade dos seus serviços, aliado ao meio onde se localiza (extremamente envelhecido) e à escassez de estruturas residenciais para idosos, faz com que tenha imensa procura, sempre. Estas circunstâncias fizeram com que a sociedade, nesta tentativa de acolher o máximo número de

necessitados possível, a aceitar número de utentes superior ao previsto na Portaria nº 67/2012, de 21 de março. E abaixo do custo mínimo necessário, atenta a missão social da mesma

Sucedde que, no dia 10.01.2023, foi notificada pessoalmente a esta sociedade decisão de encerramento administrativo do estabelecimento sito na Rua da Vila, s/n, Penamaior, 4595-300 Paços de Ferreira, no prazo de 30 dias, proferida pela Vice-presidente do Conselho Diretivo do ISS, I.P.. Porquanto, a mesma se encontra com excesso de utentes.

Notificada da decisão, esta sociedade sinalizou, de imediato, junto do Ministério Público e do Instituto da Segurança Social, I.P. dezanove utentes sem retaguarda familiar ou sem familiares que possam prestar auxílio àqueles. Em paralelo, esta sociedade requereu prorrogação do prazo para regularizar as anomalias identificadas no relatório do ISS, I.P., sendo “empurrada” de departamento em departamento sem uma resposta efetiva.

Ademais, ficou o ISS, I.P. de encontrar solução para realojar os dezanove utentes sinalizados dentro do prazo conferido pela entidade administrativa para o encerramento, o que não aconteceu. Acontece, porém, que os familiares dos utentes ou os contactos dos mesmos, assim como, os próprios utentes recusam-se a sair das instalações desta sociedade.

Pretende-se, com esta petição, que seja concedido a esta sociedade comercial prazo adicional, nunca inferior a dois anos, para realizar as obras de adaptação referenciadas no relatório emitido pelo ISS, I.P., de modo a, nesse entretanto, não se transferir utentes de lar em lar, retirando-os do local onde residem há anos e onde criaram laços fortes de amizade, quase família.

Assim, muito se agradece seja a presente petição remetida para distribuição à comissão competente em razão da matéria.

Sem mais, subscrevo-me com os melhores cumprimentos,

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized first name followed by a surname, written in a cursive script.

ABAIXO-ASSINADO

Pela prorrogação do prazo para execução de obras referenciadas no relatório do ISS, I.P. nas instalações sitas na Rua da Vila, s/n, Penamajor, 4595-300 Paços de Ferreira

PAULA PORTELA PEIXOTO, UNIPESSOAL, LDA., NIPC 514 396 393, com sede sita na Rua dos Regueirais, n.º 12, 3. Esquerdo, 4435-417 Rio Tinto, sociedade unipessoal por quotas constituída no dia 21.04.2017, com o objeto social de apoio social para idosos com Alojamento e fornecimento de refeições; apoio domiciliário, animação sócio-cultural, transporte de pessoas em veículos até 9 lugares; confeção de refeições para entrega no domicílio e serviços de catering; centro de dia, arrendou o imóvel sito na Rua da Vila, s/n, Penamajor, 4595-300 Paços de Ferreira, para o exercício da sua atividade. A qual tem sido prestada desde essa data com os mais altos padrões de qualidade, cumprindo todas as regras de saúde, segurança e higiene, num ambiente familiar e salutar.

Sucedem, porém, que, devido à inexistência de resposta social para idosos em Portugal e, cremos nós, em especial nesta zona de Paços de Ferreira, onde a população é muito envelhecida, há uma elevada procura por estruturas residenciais para idosos, o que ocasiona que, praticamente todos os dias, esta sociedade comercial receba pedidos de familiares ou parentes afastados a pedir alojamento e cuidados para utentes sem retaguarda familiar ou com familiares que, por diversas razões pessoais e profissionais, não podem, assegurar os cuidados necessários àqueles. Daí terem procurado o estabelecimento desta sociedade comercial por ser conhecido, há muitos anos, pelos seus elevados padrões de qualidade.

O que conduziu a que a legal representante desta sociedade, nesta tentativa de acolher o máximo número de necessitados possível, a aceitar número de utentes superior ao previsto na Portaria nº 67/2012, de 21 de março. E abaixo do custo mínimo necessário, atenta a missão social da mesma.

Porém, no dia 10.01.2023, foi notificada pessoalmente a esta sociedade decisão de encerramento administrativo do estabelecimento sito na Rua da Vila, s/n, Penamajor, 4595-300 Paços de Ferreira, no prazo de 30 dias, proferida pela Vice-presidente do Conselho Diretivo do ISS, I.P.. Porquanto, a mesma se encontra com excesso de utentes.

Notificada da decisão esta sociedade sinalizou, de imediato, junto do Ministério Público e do Instituto da Segurança Social, I.P. dezanove utentes sem retaguarda familiar ou sem familiares que possam prestar auxílio àqueles. Em paralelo, esta sociedade requereu prorrogação do prazo para regularizar as anomalias identificadas no relatório do ISS, I.P., sendo “empurrada” de departamento em departamento sem uma resposta efetiva. Ademais, ficou o ISS, I.P. de encontrar solução para realojar os dezanove utentes sinalizados dentro do prazo conferido pela entidade administrativa para o encerramento, o que não aconteceu.

Acontece, porém, que os familiares dos utentes ou os contactos dos mesmos, assim como, os próprios utentes recusam-se a sair das instalações desta sociedade, por reconhecerem o bom tratamento que os mesmos recebem nestas instalações e, que, infelizmente, não é comum, mesmo nas estruturas residenciais para idosos com licenciamento. Problema que é amplamente conhecido no nosso país, sendo um dos grandes flagelos da nossa sociedade – é preciso ter estruturas para cuidar dos nossos idosos.

Razão pela qual, se Requer que seja concedido a esta sociedade comercial prazo adicional, nunca inferior a dois anos, para realizar as obras de adaptação referenciadas no relatório emitido pelo ISS, I.P., de modo a, nesse entretanto, não se transferir utentes de lar em lar, retirando-os do local onde residem há anos e onde criaram laços fortes de amizade, quase família. Do local que consideram casa.

Assim, e como testemunho de tudo o que aqui se escreveu e desta vontade que estas instalações sejam licenciadas para ERPI à sociedade comercial PAULA PORTELA PEIXOTO, UNIPessoal, LDA., NIPC 514 396 393, vão os utentes, familiares dos mesmos e demais